

Extensão Universitária: parceria e formação

University Extension: partnership and training

Autores: Camila D'Ottaviano, Jorge Bassani
Universidade de São Paulo, Brasil

Para citación de este artículo: D'Ottaviano, C., Bassani, J.; (2021). Extensão Universitária: parceria e formação. En Revista Masquedós N° 7, Año 7. Secretaría de Extensión UNICEN. Tandil, Argentina.

Recepción: 07/10/2021 Aceptación final: 20/04/2022

Resumo

A partir de experiências em Extensão Universitária promovidas no curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), na cidade de São Paulo, o artigo apresenta uma análise da potencialidade da Extensão como ferramenta pedagógica na formação de jovens profissionais aptos a atuar na construção de cidades mais justas e inclusivas. O objetivo central do artigo é colocar em evidência a Extensão como condição educativa e formativa em dois sentidos:

um voltado para a formação universitária em Arquitetura e Urbanismo; e outro, na transformação das comunidades parceiras dos projetos de Extensão Universitária. A premissa que apontamos para efetivação desta condição é o trabalho em diálogo intenso e de longa duração entre a Universidade e as comunidades.

Para tanto, os projetos de Extensão Universitária aqui utilizados, Bororé – extremo Sul da cidade de São Paulo – e Ocupas – na região central, amparam-se metodologicamente, assim como as análises deste artigo, no pensamento e prática de Paulo Freire (1967 e 1983) voltados à “educação para emancipação” a partir da relação dialógica. Os procedimentos de pesquisa a partir das práticas de extensão são relativos ao grande leque metodológico aberto a partir da “Pesquisa-ação” de Kemmis e MacTaggart (1988), nele seguimos a linha espanhola da experimentação e do trabalho empírico (Serrano, 1990; Latorre, 2003). Os resultados dos trabalhos não são contabilizáveis nas lógicas mecânica e simplificadora, são processos complexos de subjetivação no cruzamento dos dois polos do diálogo, portanto, este artigo propõe observarmos estes processos e interpretá-los à luz da “auto-reflexão” (Kemmis e MacTaggart, 1988) coletiva por meio dos dois casos apresentados.

Palavras-chave: Extensão Universitária, ação dialógica; parceria; Universidade Pública

Abstract

Based on University Community Outreach experiences promoted in the Architecture and Urbanism course at the School of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo (FAUUSP), in the city of São Paulo, this article presents an analysis of the potential of Community Outreach as a pedagogical tool in the education of young professionals able to work in the construction of more fair and inclusive cities. The main objective of the article is to highlight Community Outreach as educational and formative condition in two senses: one aimed at university education in Architecture and Urbanism; and the another, in the transformation of Community Outreach projects of partner communities. Our premise for the accomplishment of this condition is the work in intense and long-term dialogue between the University and the communities.

Therefore, the University Community Outreach projects used here, Bororé – extreme south of the city of São Paulo – and Ocupas – in the central region, are methodologically supported, as well as the analysis in this article, on the thought and practice of Paulo Freire (1967 and 1983) oriented to “education for emancipation” through a dialogical relationship. The research procedures from the community outreach practices are related to the wide methodological range opened from Kemmis and MacTaggart’s (1988) “Research-Action”, following the Spanish line of experimentation and empirical work (Serrano, 1990; Latorre, 2003). The results of the works are not accountable in mechanical or simplifying logics, they are complex processes of subjectivation at the intersection of the two poles of dialogue, therefore, this article proposes to observe these processes and interpret them in the light of “self-reflection” (Kemmis and MacTaggart, 1988) collectively through the two cases presented.

Key words: Community outreach; dialogical action; partnership; Public University

A temática abordada neste artigo tem por base experiências de Extensão Universitária promovidas no curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), na cidade de São Paulo.

A Universidade de São Paulo é a maior universidade pública brasileira em número de alunos matriculados, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, e posiciona-se, há décadas, entre as universidades melhor avaliadas do país. Oferece cursos gratuitos, tanto no âmbito da graduação quanto da pós-graduação (mestrado e doutorado). É a partir da experiência como docentes de uma universidade pública brasileira, portanto, que escrevemos este texto. Essa condição é, em si mesma, importante se considerarmos o processo recente de precarização das universidades públicas e de intensa diminuição nos investimentos em ciência, tecnologia e pesquisa. No Brasil, para além do pagamento ou não de mensalidades, há diferenças significativas entre as universidades públicas e privadas. Por exemplo, cerca de 95% da pesquisa científica realizada no país é feita por instituições públicas e as 20 universidades brasileiras que mais publicam são todas públicas (Moura, 2019). Segundo avaliações do Ministério da Educação (MEC), as melhores universidades brasileiras são públicas. No entanto, 75% dos estudantes de graduação brasileiros (cerca de 8 milhões) estão matriculados em instituições privadas.

Conforme estabelece a Constituição Federal, as universidades brasileiras, públicas ou privadas, têm como característica fundamental a realização concomitante de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. A afirmação da Extensão nesse quadro institucional, entretanto, é relativamente recente. Um marco importante nesse processo foi a criação, em 1987 – portanto, depois de encerrado um longo ciclo de governos militares (1964-1985) e antes da promulgação da nova Constituição Federal (1988) – do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Mas somente em 2012 foi definida uma Política Nacional de Extensão Universitária. Essa política, resultado de longas discussões, consolidou o atual entendimento da Extensão como instrumento de aproximação da Universidade com a Sociedade, visando o enfrentamento das profundas desigualdades sociais existentes no país.

Recentemente, em 2018, com a publicação da Resolução no 7/2018 do MEC, a Extensão Universitária tornou-se obrigação curricular em todos os cursos de graduação brasileiros. De acordo com a nova resolução, 10% da carga horária da matriz curricular dos cursos de graduação deve ser dedicada necessariamente à extensão.

Esse novo marco regulatório pode ser entendido, em parte, como uma conquista para a prática da extensão universitária. No entanto, os impactos dessa nova regulamentação no ensino formal de jovens arquitetos, urbanistas e planejadores ainda são incertos. Uma questão certamente se coloca: como garantir que as horas obrigatórias de atividades de extensão proporcionem novas experiências pedagógicas que garantam a formação de jovens profissionais engajados na construção de cidades mais justas e inclusivas?

Ao longo da última década, a Extensão Universitária avançou em diferentes áreas, inclusive no campo da arquitetura-urbanismo e do planejamento e estudos urbanos. As experiências se multiplicaram e a Extensão se afirmou como singular espaço de formação de jovens arquitetos, urbanistas e planejadores, como indica sua presença crescente nos seminários e encontros promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) e em suas publicações. (Autor/a, 2017 e 2019)

Este texto parte da nossa atuação como docentes-extensionistas que defendem o papel transformador da Extensão na formação de jovens arquitetos, urbanistas e planejadores urbanos, em especial na sensibilização e preparação para o enfrentamento da realidade de extrema desigualdade socioterritorial de nossas cidades. Portanto, um desenvolvimento de pesquisa alinhado a um trabalho prático em fricção com o cotidiano das comunidades em que atuamos.

Em linhas gerais é o que propõem os teóricos da Pesquisa-ação. Contudo, como chama a atenção Latorre (2003, p. 23) “la expresión investigación-acción se utiliza con variedad de usos y sentidos, no disponiendo de criterios concretos para delimitar las numerosas orientaciones metodológicas que la reclaman para sí”. Nesta variedade, nos aproximamos dos métodos da pesquisa-ação voltados à educação, não só por estarmos no ambiente da formação universitária, mas principalmente, pelo caráter de produção de conhecimento pela via da autorreflexão coletiva e por subsidiar experiências no campo associativo entre teoria e prática, a “ciência prática” e “ciência crítica”, nos termos de Latorre amparado nas colocações de Kemis sobre a pesquisa-ação:

... una forma de autorreflexão por quienes participan (professorado, alumnado, o dirección) em las situaciones para mejorar la racionalidade y la justicia de: a) sus propias prácticas sociales o educativas; b) su comprensión sobre las mismos; y c) las situaciones em que las prácticas se realizan. (Kemmis apud Latorre, 2003,p. 25).

A análise proposta neste artigo, afasta-se do “corte meramente positivista, que sólo consideran como científico lo cuantificable o verificable” na busca por “otros paradigmas de investigación que admiten una visión cualitativa más amplia de tipo contextual”, como sugere Serrano (1990, p. 180). O texto está estruturado em quatro partes. Na primeira, é descrito o quadro institucional da Extensão Universitária no Brasil e na Universidade de São Paulo: sua afirmação histórica, seus avanços e potencialidades, suas especificidades e características. A seguir, explicitamos a delimitação das ferramentas pedagógicas e do campo por nós defendidos em nossas práticas extensionistas. Na terceira parte, apresentaremos brevemente duas experiências de extensão desenvolvidas na FAUUSP. A partir da análise crítica dessas experiências, descortinamos caminhos possíveis para a continuidade e aprofundamento da Extensão Universitária como experiência de formação em arquitetura, urbanismo e planejamento urbano e também seu impacto na formação de jovens profissionais aptos a atuar no território. Por fim, apontaremos as potencialidades e desafios atuais da Extensão Universitária na formação desses profissionais.

Universidade Pública e Extensão Universitária no Brasil e na Universidade de São Paulo

No Brasil, o ensino universitário e a estrutura das universidades de um modo geral têm por base o “princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão”. Entretanto, o exercício desse “princípio” tem sido bastante diverso. O Brasil abriga mais de 2500 instituições formalmente reconhecidas como “de ensino superior”. Entre estas, cerca de 200 são formalmente reconhecidas como “universidades” – um mundo igualmente muito diverso, constituído por instituições públicas, privadas, confessionais e comunitárias, de alcance local, regional e nacional. Contudo, em função da regulamentação recente, bem ou mal, a Extensão está sendo obrigatoriamente incorporada em todos os currículos de graduação.

Segundo o FORPROEX (2012), as mais remotas experiências brasileiras relacionadas à Extensão datam do início do século XX, quando algumas faculdades paulistanas, que mais tarde dariam origem à USP, já faziam referências a “atividades de Extensão”. Em 1931, ao estabelecer “as bases do sistema universitário brasileiro”, o governo federal incluiu a Extensão entre suas principais finalidades. No início dos anos 1960, a Extensão aparece com destaque nas pautas dos Seminários Nacionais da Reforma Universitária promovidos pela União Nacional dos Estudantes. Em 1962, cria-se na Universidade do Recife o primeiro Serviço de Extensão Universitária. Dirigido por Paulo Freire, o Serviço teve papel importante para a afirmação da Extensão como uma “forma de comprometimento das universidades com os setores populares” (Britto 2017, p. 28). Essa concepção seria duramente contrariada a partir do golpe militar de 1964. A ditadura impôs limites ao exercício da “liberdade intelectual” e da “autonomia universitária”; contudo, deu continuidade ao processo de incorporação da Extensão ao sistema universitário, orientado sobretudo por concepções geopolíticas relacionadas à “segurança”, ao “desenvolvimento” e à “integração” nacionais – como foi o caso do Projeto Rondon, voltado para a Amazônia.

Apenas na segunda metade dos anos 1980, com o fim da ditadura militar, retoma-se um debate mais aberto e plural visando a consolidação institucional da Extensão no contexto do sistema universitário brasileiro. Em 1987, já com essa perspectiva, foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que teve relevante nesse processo. Em 1988, a nova Constituição Federal estabeleceu o “princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão”.

Outra iniciativa importante, no sentido da institucionalização da Extensão Universitária, foi a criação do Plano Nacional de Extensão, elaborado e aprovado em 1998 pelo FORPROEX (2010). Mais recentemente, os planos nacionais de educação relativos aos períodos 2001-2010 (PNE 2001-2010; Lei Federal nº 10.172/2001) e 2014-2024 (Lei Federal nº 13.005/2014) definiram as responsabilidades das universidades nas suas funções institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão. Decidiu-se então que um mínimo 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior deveria ser cumprido “em programas e projetos de Extensão Universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Lei Federal nº 13.005/2014, Estratégia 12.7). Essa determinação foi regulamentada pela Resolução MEC no 7 de 2018. Desde então, organizações como o FORPROEX, a Rede Nacional de Extensão (RENEX) e a Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM) têm trabalhado na consolidação de políticas de Extensão que já não se limitem a ações locais. Em 2012, a partir das discussões e deliberações do FORPROEX, estabeleceu-se a Política Nacional de Extensão Universitária atualmente em vigor (FORPROEX, 2012).

De acordo com o FORPROEX (2012, pp 21-22):

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a

realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (grifos nossos)

O FORPROEX, historicamente, é formado pela reunião dos Pró-reitores de Extensão das universidades federais brasileiras, o que não inclui as universidades estaduais do estado de São Paulo, como a USP. Por ser uma universidade pública estadual, a USP não responde diretamente aos regramentos federais sobre ensino e extensão, mas sim a regramentos específicos da Secretaria de Educação do estado de São Paulo. Cabe, portanto, entender as especificidades da Extensão Universitária no âmbito da maior universidade brasileira neste momento de consolidação da curricularização da extensão universitária.

De acordo com o Regimento de Cultura e Extensão Universitária da USP, de 2011 são princípios da Extensão Universitária na Universidade:

- que a extensão universitária é um processo que articula o ensino e a pesquisa de forma a viabilizar a interação transformadora entre a universidade e a sociedade.
- que a relação entre ensino, pesquisa e extensão universitária enriquece o processo pedagógico, favorecendo a socialização do saber acadêmico e estabelecendo uma dinâmica que contribui para a participação da comunidade na vida universitária. (Universidade de São Paulo, 2011)

Apesar de se aproximar das definições do FORPROEX, o Regimento da USP define também como princípios a “socialização do saber acadêmico” e a “participação da comunidade na vida universitária”. Ao valorizar a ideia de que o conhecimento científico produzido pela universidade é algo a ser “levado” à sociedade, corre-se o risco de enfraquecermos os princípios de “troca de saberes” e mesmo de “práxis”, que, acreditamos, devem pautar as atividades de Extensão Universitária.

Em seu Título I – Da Cultura e Extensão Universitária, a Resolução define que “A extensão universitária visa estender à sociedade suas atividades, indissociáveis do ensino e da pesquisa” (Artigo 3o, grifo nosso). “Estender” à sociedade atividades da universidade pública configura justamente algo a ser combatido, conforme Rovati & Autor/a (2017, p. 16):

Durante o XVII ENANPUR, na mesa redonda Crise e perspectivas das lutas sociais, o ativista argentino Juan Grabois, ao falar sobre Extensão Universitária, disse que precisávamos achar um nome melhor para definir essa atividade, tão importante para nossas universidades. Em forma de anedota, perguntou então se quando convidamos alguém a nossa casa para jantar fazemos uma “extensão” da nossa mesa, ou se o chamamos para sentar conosco, para compartilhar a mesa que temos. Assim como Grabois, entendemos que essa é uma das questões centrais sobre a qual temos que nos debruçar: como fazer com que as atividades que incluem a “sociedade”, o lado de lá do “muro” das nossas universidades, sejam incorporadas de forma efetiva ao dia a dia de nossas instituições?

No contexto da Universidade de São Paulo uma miríade de atividades como assessoria, consultoria e prestação de serviço especializado, participação em bancas examinadoras ou julgadoras (externas à Universidade), participação na direção de sociedades científicas, contribuição em eventos científicos, elaboração de pareceres entre tantas outras podem ser consideradas como “de Extensão”.

A amplitude dada às atividades que podem ser reconhecidas como “de Extensão” dentro de nossas universidades faz com que as mesmas possam ser entendidas como “tudo aquilo que não é Ensino ou Pesquisa”. Essa é justamente a “definição” que procuramos combater.

Entendemos a Extensão Universitária como uma prática de formação que supõe, necessariamente, a existência de uma relação dialógica ou processo de troca com a sociedade, isto é, de uma relação que vai além das nossas salas aula, dos nossos muros, alambrados e cercas. E que garanta um processo de formação continuada de nossos graduandos e pós-graduandos a partir da experiência com o território em seus mais diferentes contextos e possibilidades.

Práticas Pedagógicas e Ação Transformadora

A partir da efetivação da relação dialógica entre universidade/ensino e sociedade/prática, a Extensão Universitária tem o potencial de consolidar uma ação transformadora inclusive na formação/ensino internamente à própria universidade.

A ação transformadora só se dá quando a extensão, no dia a dia, se abre para a experimentação e para a diversidade; quando borra as fronteiras da teoria “ou” da prática; quando, com base na reunião de individualidades autônomas e singulares e a transformar, agrega, constrói um projeto coletivo, impulsiona um processo de formação. (Rovati & Autor/a, 2017, p. 23)

Ao definirmos a Extensão como uma possibilidade de prática transformadora, apontamos para um agir necessariamente territorializado e participativo, fundado na experiência do real. Partindo do pressuposto dessa experiência do real, destacamos quatro potencialidades principais na consolidação de novas práticas pedagógicas e de formação a partir da Extensão Universitária:

- concretização e fortalecimento do vínculo universidade-sociedade, num processo mútuo de reconhecimento e consolidação de demandas reais. Num momento em que a Universidade Pública brasileira é questionada em todas as suas dimensões, é de fundamental importância a realização de atividades nas quais nosso trabalho seja melhor compreendido, especialmente pelos que mais demandam e necessitam transformações profundas no seu cotidiano;

- papel de condensador do trabalho científico-acadêmico, em múltiplos sentidos. As atividades de Extensão, em especial nas universidades públicas, podem ser responsáveis pelo agenciamento de situações, colocando em movimento objetivos, desenvolvimentos, expectativas e resultados das nossas duas outras áreas de atuação, Ensino e Pesquisa. Uma vez que, segundo Autor/a (2019, p. 52), a prática da Extensão permite esse agenciamento ao envolver, a partir de projeto (vínculo didático), práticas multidirecionais sujeitas à participação “da comunidade parceria do projeto e do território de seu exercício”.

- experiência de formação a partir da prática e do contato com o território, onde cada ação realizada têm o potencial de consolidar a união de dois extremos, professores e alunos, que abandonam a relação dual tradicional, na medida em que a participação de um terceiro ator, o público alvo da atividade, estabelece uma nova relação baseada numa triangulação permanente.

- desconstrução da dualidade teoria e prática. Consideramos este um dos maiores desafios atuais das universidades: equiparar formação acadêmica e profissional num contexto de dissolução das carreiras tradicionais e do distanciamento entre conhecimento técnico e as reais e enormes demandas sociais. Nesse contexto, a Extensão tem se mostrado o lugar para operar a unidade entre o pensar (problematizar, conhecer) e o fazer, onde processo e resultado são igualmente importantes para a produção de conhecimento.

Um desafio permanente para a consolidação da Extensão Universitária como prática pedagógica na formação em arquitetura, urbanismo e planejamento é a garantia de sua continuidade e capilaridade, internas e externas à academia. E essa prática pedagógica só é possível a partir da ação continuada realizada no território, junto a comunidades urbanas.

A atividade de Extensão reúne docentes, estudantes e parceiros, e é realizada em etapas contínuas e planejadas. O que a diferencia das atividades de pesquisa *stricto sensu* é justamente a importância do processo (Autor/a & Autor/a, 2019):

A distinção que cabe aqui é relativa ao processual como indutor da profundidade. Explicando: projetos, importantes e necessários, de extensão são realizados intramuros da Universidade ou em relação com um recorte social, com o objetivo de coletar dados ou proceder a aferições de trabalhos de pesquisa. Contudo, me interessa sobremaneira trabalhos de extensão em continuidade, ou, podemos dizer, que os objetivos encontram-se na manutenção da própria atividade como forma de criar vínculos afetivos e produtivos com as comunidades parceiras e com os estudantes. A continuidade também é o que propicia permeabilidade e capilaridade ao trabalho de extensão pelo simples fato que, para manter em atividade os envolvidos neste tipo de trabalho, estudantes e comunidade, exige uma permanente expansão da massa produtiva com novos parceiros, questões e práticas. Expansão que impõe permanentes ações de pesquisas, avaliações e reflexões internas à Universidade nas mesmas proporções que o enraizamento territorial por meio do envolvimento participativo da comunidade. (Autor/a, 2019, p. 53)

Nesse sentido, atividades ou projetos cujos resultados finais possam ser considerados um “fracasso”, são também importantes no processo de formação no e para o território.

Mello (2015), em seus diários sobre sua experiência de dois anos como bolsista de extensão num projeto que visava a reabilitação de um galpão de triagem de resíduos sólidos em Porto Alegre-RS, afirma que participar do projeto de extensão mudou radicalmente sua vida de estudante de arquitetura e urbanismo (p. 18). Posteriormente, numa tentativa de reflexão distanciada de sua experiência, Mello (2017) fez uma análise do que considerou os fracassos do projeto:

Hoje, o galpão se encontra exatamente como o encontramos nos primeiros contatos. (...) O trabalho voltou ao antigo galpão. (...) Das quatro propostas do projeto de extensão – melhorias nos banheiros e cozinha; instalação da oficina de fabricação de papel reciclado; adequação de salas de aula para futuros projetos de ensino em geral; transferência de local de trabalho e alteração da dinâmica produtiva – nenhuma perdurou. (p. 16)

Mesmo considerando que o projeto fracassou em seus objetivos, o jovem profissional reconhece a importância da experiência extensionista em sua formação, sobretudo a partir do reconhecimento e do contato com a complexa realidade no território, que é efetivamente nosso campo de atuação.

Mello (2017) entende que parte do fracasso se deu devido à falta de escuta, à ausência

de uma atuação baseada ação dialógica defendida por Paulo Freire (1983[1969]).

Contudo, é no comprometimento que a Extensão exige de todos, professores, estudantes e voluntários, que reside seu maior potencial: o da territorialização dos participantes. Em um projeto de Extensão, não é possível o exercício permanente do distanciamento (também necessário e praticado nas aulas e leituras) que as abstrações nos permitem. O processo todo é de interação com a realidade de coisas e pessoas territorializadas. Isso é o que distingue o trabalho de Extensão Universitária. Ele não existe sem outras pessoas que não sejam aquelas que vêm da Universidade e é sempre realizado numa relação dialógica com a comunidade. (Autor/a & Autor/a, 2019, p. 57-58)

Defendemos que uma das características essenciais da Extensão Universitária é justamente a ação dialógica conforme proposta por Paulo Freire (1983[1969]): uma construção comum do conhecimento que se faz no cotidiano, de forma ordinária, por muitos, em comunhão e cumplicidade.

Bororé e OCUPAS

As reflexões apresentadas aqui são resultado, em parte, da nossa prática como coordenadores e participantes de projetos de extensão universitária por mais de uma década. Entre os vários projetos, faremos um breve relato de dois: Memorial Aberto do Bororé e OCUPAS. Ocupações no centro de São Paulo. Adequações e melhorias. Projetos localizados em regiões distintas da cidade - um na zona sul, em área de proteção permanente, e outro na região central -, ambos são trabalhos de longa duração e se baseiam na parceria com atores externos à universidade, a partir da ação dialógica e de troca de saberes. (Autor/a & Autor/a, 2019)

O Memorial Aberto do Bororé teve início em 2016 a partir de um primeiro contato com dois futuros parceiros na Ilha do Bororé, distrito do Grajaú, extremo sul de São Paulo, na região dos mananciais: a Escola Estadual Professor Adrião Bernardes, única escola do bairro, e a Casa Ecoativa, grupo com forte atuação na região sul. O projeto teve início com a realização de uma oficina de cartografia social e afetiva com os alunos, na qual se abordou algumas noções sobre o território e sua apropriação. Nessa experiência de extensão, buscou-se uma aproximação das áreas da Arquitetura e Urbanismo e da Educação, num processo de construção partilhada de ferramentas pedagógicas a serem usadas por alunos do ensino médio e da graduação. A partir da discussão sobre o território e territorialidade, o território tornou-se ferramenta de aprendizagem. (Autor/a et al., 2019)

Desde então, o Memorial Aberto do Bororé envolveu 14 alunos de graduação, 03 trabalhos finais de graduação (TFGs) e 05 alunos de pós-graduação (3 mestrados e 2 doutorados).

O projeto OCUPAS teve início em 2019, a partir de uma parceria entre a FAUUSP e dois movimentos de moradia atuantes na região central de São Paulo - Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) e o Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR). Os movimentos de moradia presentes no centro de São Paulo são responsáveis pela organização e gestão de ocupações de imóveis vazios. Em maio de 2018, um dos vários edifícios ocupados sofreu um incêndio e colapsou. Como consequência da queda do edifício Wilton Paes de Almeida, a prefeitura de São Paulo realizou levantamentos em todos

os 54 edifícios ocupados da região central, identificando problemas técnicos e de segurança que deveriam ser sanados pelos moradores. O projeto de extensão surge justamente da demanda das lideranças dos movimentos de moradia por auxílio na identificação dos problemas, proposição e execução de soluções.

Nos pouco mais de dois anos de existência, o projeto já envolveu 10 alunos de graduação, 03 TFGs e 03 alunos de mestrado. E foi responsável pelo arquivamento do laudo de vistoria da primeira ocupação – a ocupação José Bonifácio – uma vez que todas as melhorias e reparos foram realizados com a participação ativa dos bolsistas e alunos.

É importante destacar que entre nossas atividades regulares está a participação dos estudantes em atividades de outros projetos de extensão em andamento na Faculdade em outras regiões da cidade, como forma de contato com o território e com temáticas e grupos distintos.

A participação em projetos de extensão com temáticas e territórios distintos é responsável, frequentemente, pelo primeiro contato dos estudantes com realidades tão disparees quanto uma ocupação de edifícios em área central, muitas vezes com unidades habitacionais com características que se assemelham a um cortiço, e uma área ambientalmente preservada em meio à região com maior concentração de loteamentos irregulares da metrópole.

O percurso entre o campus universitário (na região oeste da cidade) e a Ilha do Bororé, único bairro da cidade acessível por uma balsa que atravessa a represa Billings, é muitas vezes a primeira experiência de nossos estudantes no trem metropolitano, ou no percurso de deslocamento de grande parte da mão de obra da cidade, que vive no extremo sul da cidade, mas trabalha nas regiões central e sudoeste. Enquanto o levantamento das unidades habitacionais nas ocupações do centro costuma ser o primeiro contato real com uma realidade de extrema precariedade habitacional.

A experiência continuada juntos aos projetos de extensão tem nos mostrado duas questões principais: o envolvimento de alunos cada vez mais jovens nos projetos, em especial alunos do primeiro ano da graduação; e a importância que a participação nos projetos de extensão tem ao longo de todo o curso, seja influenciando escolhas de atividades de pesquisa, de disciplinas optativas e, principalmente, na escolha das temáticas dos trabalhos finais de graduação. A escolha das temáticas dos TFGs são um importante indicativo do tipo de atuação profissional desejado pelos graduandos no final do curso.

O aspecto mais importante dos projetos é o entendimento de que se trata de uma parceria, caso contrário todo o trabalho fica limitado ao estudo de caso ou à aplicação de receitas prontas. O trabalho no território, com a comunidade, explicita o aprender juntos na medida em que se constrói o comum, ou seja, os estudantes não estão frente a um estudo de caso, mas sim em um processo amplo que inclui metodologia e estratégias de atuação continuada. As experiências realizadas mostram que quanto mais organizada e participativa é a comunidade, mais profunda é a experiência de troca de conhecimento e mais estreito é o diálogo, no sentido da construção de conhecimentos comuns. É justamente essa percepção do trabalho compartilhado que produz espessura para desenvolvimentos futuros pelos graduandos e pós-graduandos.

Portanto, é fundamental que os atores das comunidades parceiras sejam sujeitos tão ativos quanto nós da universidade. E que haja de fato uma parceria na construção dos projetos, desde o reconhecimento dos problemas às propostas e estratégias de enfrentamento.

Os projetos brevemente apresentados neste artigo têm como condição estruturante que a Extensão Universitária é uma parceria de fato, onde todos os envolvidos participam, cada qual com seus saberes e sensibilidades expandidos pela partilha das decisões e caminhos. Parceria que demanda, sempre, horizontalidade na organização do trabalho.

O estudante universitário não vai para o território com respostas eminentemente técnicas. Ele rapidamente entende que as condições de existência no território não correspondem às idealizadas nos laboratórios acadêmicos, exigindo, portanto, a criação de um novo código. É desse lugar comum que surgem as respostas às perguntas e problemas formulados no diálogo. Quanto mais se aprofunda o diálogo, mais elaboradas se tornam as perguntas e mais profundamente se vive o território, tanto para o universitário quanto para o ator parceiro local.

Em nossas práticas docentes, também constatamos que nossos projetos alcançam resultados mais profundos na medida em que encontramos condições de atuação mais duradouras nos territórios. Isto está acontecendo na Ilha do Bororé. Esse trabalho, que começou com um simples mapeamento, hoje envolve diversos projetos formulados pela própria comunidade, relativos, por exemplo, à produção de agricultura orgânica e à documentação da memória histórica e geográfica do bairro. (Autor/a & Autor/a, 2019, p. 60)

Essa condição de parceria, que em última instância reflete o nível de territorialização do trabalho de Extensão, é uma construção que demanda tempo e que exige muito mais do que troca de saberes. São necessárias outras dimensões nos relacionamentos interpessoais, que muitas vezes incluem troca de afetos, de visão de mundo e desejos por transformações (da sociedade e de nós mesmos como sujeitos da ação).

A consolidação de parcerias duradouras entre universitários e comunidade tem sido fundamental em nossos projetos de extensão, porém se mostraram ainda mais importantes ao longo dos últimos quinze meses de distanciamento social obrigatório em função da pandemia do COVID19. Mais que essencial, foi o todo da existência, o oxigênio, uma metáfora muito apropriada, para os trabalhos em Extensão Universitária.

Todo o trabalho desenvolvido em nossos projetos de Extensão está definido pela presença de todos no território, nas relações entre corpos e ações conjuntas. Com o isolamento social imposto pela pandemia, que de início imaginávamos ser por poucos meses, as possibilidades de continuidade das atividades presenciais eram nulas, assim como outras atividades da universidade. A realidade foi outra e, antes do término do período imaginado, já sabíamos que ficaríamos isolados por um longo tempo.

No entanto, nossos trabalhos de Extensão, também contrariando as previsões, não pararam e nem sequer diminuíram de intensidade. O website Bororé ao Mundo foi lançado em junho de 2020, com uma série de debates sobre territórios na metrópole; o OCUPAS elaborou um caderno sobre a Ocupação Caetano Pinto 40 que tem auxiliado no processo judicial de regularização fundiária e nos projetos de melhorias habitacionais, além do desenvolvimento de um site sobre o MMCR para auxiliar as famílias no enfrentamento da pandemia. A continuidade e intensidade das atividades só foi possível devido às parcerias consolidadas pelos dois projetos. Existia um processo em andamento que por si colocava a necessidade de continuidade e os dois polos do diálogo extensionista estavam imbuídos em garantir essa continuidade, se movimentando em busca de alternativas para tanto.

Num contexto de recrudescimento da pandemia e seguindo os protocolos de segurança, a única alternativa viável foi continuar os trabalhos remotamente por meio dos contatos digitais. Em que pese a grande dificuldade de acesso à internet de vários dos parceiros, conseguimos manter o trabalho ativo, ou seja, não nos acomodamos em lives ou encontros fortuitos on-line. Prosseguimos com reuniões regulares de trabalho, tomadas de decisões conjuntas e planejamento das ações em curto prazo. Os laços de parceria com o objetivo comum de realização dos projetos não permitiram o acomodamento.

Desaguadouro

O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. (Freire, (1983[1969]), p. 28).

Um dos temas mais urgentes no atual momento da Extensão Universitária no Brasil diz respeito à avaliação crítica de seus resultados. Evidente que qualquer atividade acadêmica pressupõe a permanente avaliação dos resultados, algo intrínseco à atuação da universidade, especialmente quando se dirige a públicos externos. Porém duas questões colocam a necessidade dessa avaliação em destaque. A primeira está relacionada à discussão colocada no início deste artigo, a incorporação da Extensão na grade curricular e a formatação dessas atividades no âmbito da graduação universitária. A segunda questão nos interessa mais profundamente e é formulada pelo mundo externo à Universidade, pelas novas condições políticas, econômicas e culturais do mundo contemporâneo: a extrema complexidade do contexto atual.

Uma das marcas dessas novas condições é o papel da sociedade civil e dos seus movimentos organizados, especialmente no campo do urbanismo por se dedicar ao espaço habitado, mas, também pela grande presença desses movimentos como atores de resistência e alternativa aos enunciados do poder econômico hegemônico presente atualmente em nossas cidades. (Holston, 2008; Miraftab, 2009)

Essa questão afeta sensivelmente a Extensão Universitária principalmente nos seus resultados e na avaliação desses resultados. Entendemos que essa avaliação deve se dar a partir de um duplo olhar: um direcionado a como nossos alunos são afetados pelos projetos de extensão; e outro, ao tipo de resultado dos projetos na comunidade. Consideramos que ambos os olhares devem ser contemplados, com destaque especial aos momentos onde ambos se sobrepõem.

Nesse sentido, como forma de ilustrar e destacar a potência da Extensão Universitária como prática processual e de construção comum do conhecimento, e seu impacto na formação do profissional formado em nossa escola, reproduzimos uma pequena reflexão de uma aluna do último ano do curso ao escolher a temática do seu TFG:

Muito questiono-me sobre a validade e a utilidade da angústia que me leva a escolha desse tema [moradia popular]. Como habitante da maior e mais populosa cidade do Brasil, onde a urgência de ações efetivas para habitar de forma minimamente digna milhares de pessoas salta a mim a cada caminhar, a cada leitura, a cada notícia, a cada simples existir, faz-me inevitavelmente necessário que eu questione sim onde devem ser posicionados os limites da minha suposta erudição.

(...) A minha primeira experiência de pesquisa acadêmica, um grupo de extensão (...) me levou a conhecer uma área da arquitetura que eu não tinha a menor ideia que existia quando escolhi minha carreira: a arquitetura popular periférica e autoconstruída. (...) foi o primeiro momento em que eu me lembre de ter percebido que as prioridades e anseios do “leigo” (naquela circunstância os moradores do Jardim Lapenna em sua maioria, autoconstrutores de suas próprias moradias) podem não coincidir nem um pouco com o que os “doutos” compreendem como “o melhor”.

(...) A segunda inquietação é a de que nós, e aqui eu digo que com a melhor das intenções, tentamos mostrar outras possibilidades e soluções para os mais vulneráveis, no entanto muito pouco temos parado para compreender que nem sempre o anseio do outro se iguala ao nosso.

Esse trabalho é, portanto, um convite a mim e a quem mais se interessar a reconhecer outras verdades que não as nossas. Nossas cidades não suportam mais muros, é preciso construirmos pontes.

Proceder a avaliação dos resultados dos projetos e experiências de extensão universitária por meio dos seus produtos, alguns comentados aqui, é se limitar ao quantitativo. Preferimos uma avaliação qualitativa, que se situe no campo entre os impactos nos universitários (estudantes e docentes) e nas comunidades, uma avaliação a partir dos processos de subjetivação (Guattari, 1996), formação de sujeitos, seja o universitário, seja o da comunidade. As reflexões de nossa estudante, em nosso entender, deixa absolutamente aberta esta perspectiva, torna absolutamente transparente os processos de subjetivação ao qual nos referimos.

Acreditamos e defendemos que a prática e a experiência da Extensão Universitária enquanto ação dialógica, comprometida têm uma potência enorme na formação de profissionais e cidadãos preparados técnica e eticamente na construção de territórios mais justos e inclusivos.

Referências

- Autor/a (2019).
 Autor/a & Autor/a (2019).
 Autor/a et. al (2019).
 Brasil/Ministério da Educação (2018). Resolução no 7 de 18 de dezembro de 2018.
 Britto, F. D. (2017). A Extensão Universitária em Tempos de Crise. En Autor/a (2017).
 FORPROEX/Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. (2010) Plano Nacional de Extensão Universitária.
 FORPROEX/Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. (2012) Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS.
 Guattari, F. (1996). Subjetividade e História. En F. Guattari, F. S. Rolnik. Micropolítica Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, pp. 25-123.
 Freire, P. (1983[1969]). Extensão ou Comunicação?. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
 Freire, P. (1967) Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
 Holston, J. (2008). Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity

in Brazil. Princeton: Princeton University Press.

Kemmis S. & Mac Taggart, R. (1988). *Cómo planificar la investigación-acción*. Barcelona: Laertes.

Latorre, A. (2003). *La investigación acción. Conocer y cambiar la práctica educativa*. Madrid: Graó.

Mello, B. C. E. de (2017). *Diários Messiânicos: experiências, fracassos, reflexões*. In *Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR*. São Paulo: ANPUR.

Mello, B. C. E. de (2015). *Diários Messiânicos. Cotidiano de uma experiência de extensão universitária*. Porto Alegre: UFRGS.

Miraftab, F. (2009). *Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South*. *Planning Theory* 8 (1), 32-50.

Moura, M. (2019). *Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil*. *Ciência na Rua*. Disponível em: <https://ciencianarua.net/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>. Acesso em 26/dez/2021.

Rovati & Autor/a (2017)

Serrano, M. G. P. (1990). *Investigación-acción: aplicaciones al campo social y educativo*. Madrid: Dykinson.